



LUIZ GUSTAVO BARBOSA DA SILVA

**INDAGAÇÕES DE MONITORES DE APOIO PARA DISCENTES COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

LAVRAS – MG

2019

LUIZ GUSTAVO BARBOSA DA SILVA

**INDAGAÇÕES DE MONITORES DE APOIO PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Graduação em Educação
Física, para a obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Nathália Maria Resende
Orientadora

LAVRAS – MG
2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

da Silva, Luiz Gustavo Barbosa.

Indagações de monitores de apoio para discentes com
Deficiência Intelectual no curso de Graduação em Educação Física:
Uma revisão sistemática / Luiz Gustavo Barbosa da Silva. - 2019.
23 p. : il.

Orientador(a): Nathália Maria Resende.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2019.
Bibliografia.

1. Monitor de Apoio. 2. Ensino Superior. 3. Educação Física. I.
Resende, Nathália Maria. II. Título.

LUIZ GUSTAVO BARBOSA DA SILVA

**INDAGAÇÕES DE MONITORES DE APOIO PARA DISCENTES COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Graduação em Educação
Física, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADO dia 04 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Wanderson Samuel Moraes de Souza – PRAEC/UFLA – Membro

Profa. Dra. Nathália Maria Resende – DEF/UFLA – Orientadora

LAVRAS – MG

2019

Dedico esse trabalho, aos meus pais que lutaram para minha permanência até o final da graduação e principalmente para ao PADNEE por me possibilitar a ideia deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de todo meu coração, aos meus pais, Luiz Genuíno da Silva e Dirlea Barbosa da Silva, pois tudo isso começou em 1996, quando eles me colocaram no mundo e desde meus primeiros passos eles estavam do lado para me levantar quando eu cair e veem lutando para minha formação. Só para lembrar: foi vendo eles que aprendi a lutar e a correr atrás de meus sonhos, e agora com a história construída em Lavras/MG e na Universidade Federal de Lavras (UFLA), quero agradecer minha família que estava perto de mim aqui, como meu tio e minha tia Vanderlei e Rosário, que me fizeram sentir em casa com meus 17 anos, quando cheguei em Lavras/MG.

Agradeço também minha segunda família que fiz em Lavras/MG, a família 206 do Brejão, com vários companheiros que passaram por este apartamento e fizeram meu crescimento pessoal e profissional, e por isso quero lista-los: Tales (Nanuque), Cristino (BG), André Sales, Thallys Pires (Lorinho), Lucas (Índio velho), Alander (Trindade), Carlos Fonseca (Boca Mucha), Gustavo (Calouro), Wesley (São Jorge), Vinicius (Neutro), Brunão (Garanhão), Brayan (BG2), Leonardo (Bisnaguinha) e Nathan (27 change). A convivência de anos que tive com todos vocês foi de muita valia para meu crescimento como ser humano. Quero agradecer a toda Família Brejão, de todos os apartamentos, incluindo as meninas do 209 onde sempre, os melhores almoços e jantares eram feitos. Uma pessoa em específico agradeço e demonstro todo meu amor, por ter me levantado em momentos difíceis, Kathiquely Lima dos Santos (Kika, amor), muito obrigado!

Agora diante de momentos de tristeza que passei, com maior felicidade digo obrigado ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Paradesporto e ao Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), que são os dois ambientes de trabalho que me possibilitaram crescer como pessoa, pois cada intervenção que fiz pelo Núcleo e cada acompanhamento com os discentes com deficiência da UFLA, me fizeram tornar alguém melhor, e me tirou daqueles momentos tristes que vivia. Então, professora Doutora Nathália Resende, meus mais sinceros agradecimentos, pela oportunidade de aprender e trabalhar nessas duas entidades que você é orientadora.

Refrão de um Bolero

*(...)Eu que falei "nem pensar"
Agora me arrependo, roendo as unhas
Frágeis testemunhas
De um crime sem perdão*

*Mas eu falei "nem pensar"
Coração na mão, como refrão de bolero
Eu fui sincero, eu fui sincero*

*Teus lábios são labirintos
Que atraem os meus instintos mais sacanas
Teu olhar sempre me engana
É o fim do mundo todo dia da semana*

*Teus lábios são labirintos
Que atraem os meus instintos mais sacanas
Teu olhar sempre me engana
É o fim do mundo todo dia da semana,.*

(Humbert Gessinger)

RESUMO

O presente trabalho vem apresentar as particularidades, sobre monitores de apoio e discentes com deficiência intelectual no Ensino Superior, com ênfase nos cursos de graduação em Educação Física, fazendo assim uma revisão sistemática da última década (2009-2019), além de apontar o processo formativo que esses discentes com deficiência se encontram, descobrindo as particularidades e barreiras nesse processo. Encontrou-se, nos últimos 10 anos, apenas oito (8) artigos publicados que dialogam sobre monitores de apoio e discentes com deficiência intelectual no Ensino Superior, mas nenhum nos cursos de graduação em Educação Física. Deste total de artigos, foram apresentadas discussões de evasão desta população no Ensino Superior e como é afetada a vida do discente com deficiência com o acompanhamento do monitor de apoio.

Palavras-chave: Monitor de Apoio. Deficiência Intelectual. Ensino Superior. Educação Física.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	2
3. OBJETIVOS	8
4. JUSTIFICATIVA.....	8
6. RESULTADOS.....	11
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

Indagações de monitores de apoio para discentes com deficiência intelectual no curso de Graduação em Educação Física: uma revisão sistemática é resultado de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A escolha por este tema resultou de muitas interrogações e observações que permearam minha prática e trajetória acadêmica e social.

A pesquisa foi realizada no contexto do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Lavras (UFLA), tendo o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Paradesporto (NEPE) e o Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), duas referências basilares para a consolidação desta pesquisa, onde pude contar com a orientação generosa e segura da professora Doutora Nathália Resende.

Nós últimos anos, observa-se uma crescente nos estudos sobre as pessoas com deficiência (PcD). Pode-se ressaltar, neste sentido, a criação de leis, diretamente para esse público nos últimos trinta anos, bem como a palavra equidade que vem com um peso mais forte nessas discussões, principalmente nas Instituições de Ensino Superior.

Ilustra a asserção acima, o significativo número de publicações na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pois somente nos últimos dez anos foram cerca de duas mil e cento e cinquenta e três (2.153) publicações sobre PcD, evidenciando principalmente a necessidade de pessoas qualificadas para todos os âmbitos educacionais desde a Educação Básica até o Ensino Superior, para o trabalho com este público.

Essa pesquisa, buscando o estado da arte sobre essa temática, surgiu da necessidade de monitorar, acompanhar e apoiar discentes com deficiência intelectual (DI) em uma Universidade Federal. Diante deste desafio, a investigação iniciou-se na busca de identificar e compreender o que dizia a literatura sobre pessoas com DI no Ensino Superior, fazendo um recorte temporal dos últimos 10 anos de produção científica disponível Plataforma de Periódicos da CAPES.

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC), com base nos marcos legais políticos e pedagógicos da Educação Inclusiva, em 2011 publica a Nota Técnica nº 6 que discute e implementa condições favoráveis para pessoas com DI em todos os níveis de ensino, e assim, motivado pela prerrogativa de uma revisão sistematizada, sobre as indagações dos monitores de apoio para discentes com DI no Ensino Superior, foi que busquei compreender a temática. Desta

forma, este estudo tem como questão norteadora apresentar os estudos sobre como contribuir com o processo formativo-educacional de discentes com DI no Ensino Superior, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo nº 205, determina a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Na qual, afirma categoricamente que a tarefa da educação visa o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, a Carta Magna, assegura constitucionalmente, o direito de toda pessoa de ter acesso e permanecer nas instituições de ensino. De maneira peculiar, o Estado tem o dever de oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), principalmente na rede básica de ensino.

Já no Ensino Superior, a partir do ano de 2004, PcD foram vistas como detentoras de direitos nas instituições, sobremaneira, a partir do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem como finalidade a concessão de bolsas para discentes de instituições privadas de Ensino Superior. Em 2005, foi criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), o qual propôs ações que garantisse o acesso absoluto de discentes com deficiência nas instituições federais de Ensino Superior.

O motivo da necessidade da implantação das políticas públicas voltadas para as PcD foi motivado pelo fato do Brasil ter o número de 45,6 milhões de cidadãos com deficiência, chegando na porcentagem de 24% da população total do país (IBGE, 2010), conforme Figura 1.



Fonte: IBGE (2010).

Conhecendo desses números, fica evidenciado que há necessidade de uma melhor atenção à esse público específico e é exatamente a partir dessas informações, que buscou-se fundamentos para entender a temática em questão (ONU, 2010).

Diante do contexto histórico, social e político no Brasil, é possível observar um grande escassez de políticas de acessibilidade, de permanência dos estudantes do Ensino Básico e Superior. Essa insuficiência é demonstrada, tendo em vista os últimos dez anos, nos artigos que discutem a evasão da PcD nas Instituições de Ensino, tanto no Ensino Básico quanto no Superior. Assim, fica confirmado a que as políticas de acessibilidade, asseguradas em lei, ainda não demonstram uma efetiva inclusão do público alvo na Educação.

Desde 1988, na Constituição da República Federativa do Brasil, do já mencionado artigo nº 205, a educação é direito para todos. Dando um salto temporal, diante as políticas públicas educacionais, pode ser confirmado como marco histórico a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca na Espanha em 1994, que segundo a Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi a Conferência que se destacou diante o direito de todos a uma educação de qualidade e que atenda as suas especificidades, cabendo aos sistemas educacionais elaborarem programas educacionais que favoreçam a aprendizagem, aprimorando a escola, enquanto instituição que promove uma sociedade inclusiva.

A declaração de Salamanca possibilitou um novo ideal, diante o ensino e a PcD, trazendo um contexto de compreensão da pessoa, e originando um melhor olhar da PcD. De acordo com Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), essa proposta passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades, repudiando o termo deficiência e passando a utilizar uma nova terminologia: Necessidades Educacionais Especiais. Assim, buscando uma quebra das barreiras educacionais impostas diante os tempos.

No decorrer histórico das políticas públicas, observa-se dois marcos interessantes diante a PcD, sendo que o primeiro ocorre em 1996, quando Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define educação especial, assegurando o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação específicas para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público e, o segundo marco foi o Decreto nº 3.298 de 1999, que se dispõe sobre a Política Nacional para a integração da PcD. A Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, básico e superior.

Assim, o Decreto nº 3.298 de 1999, havia uma necessidade de profissionais qualificados tanto no ensino educacional básico, quanto nas instituições de Ensino Superior, para uma boa qualidade de ensino e dando a possibilidade do aprender e se constituir como cidadão e exercendo seus direitos como discente.

A primeira política específica para o Ensino Superior vai ter lugar somente no ano de 2004 como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde as PcD ganharam o direito de ter bolsas integrais. Em 2005, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), veio para garantir o acesso pleno de PcD nas Universidade Federais, trazendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades, a construção de ações institucionais que garantissem a integração na vida acadêmica, eliminando barreiras desde cunhos comportamentais, sociais e arquitetônicos das instituições de ensino.

Em 2015 foi criada a Lei nº 13.146, também conhecida como Lei Brasileira da Inclusão, que até os dias de hoje é a lei vigente sobre os direitos das PcD, que veio com o intuito de implementar e constituir os direitos básicos da cidadania, considerando as PcD como cidadãos de direitos que são e a inclusão delas na sociedade, nos direitos de ensino, tanto no ensino básico quanto superior, juntamente com a Lei nº 13.409/2016, que foi criada principalmente para o auxílio da PcD no ensino, desde sua permanência até seus direitos de adaptação no ensino.

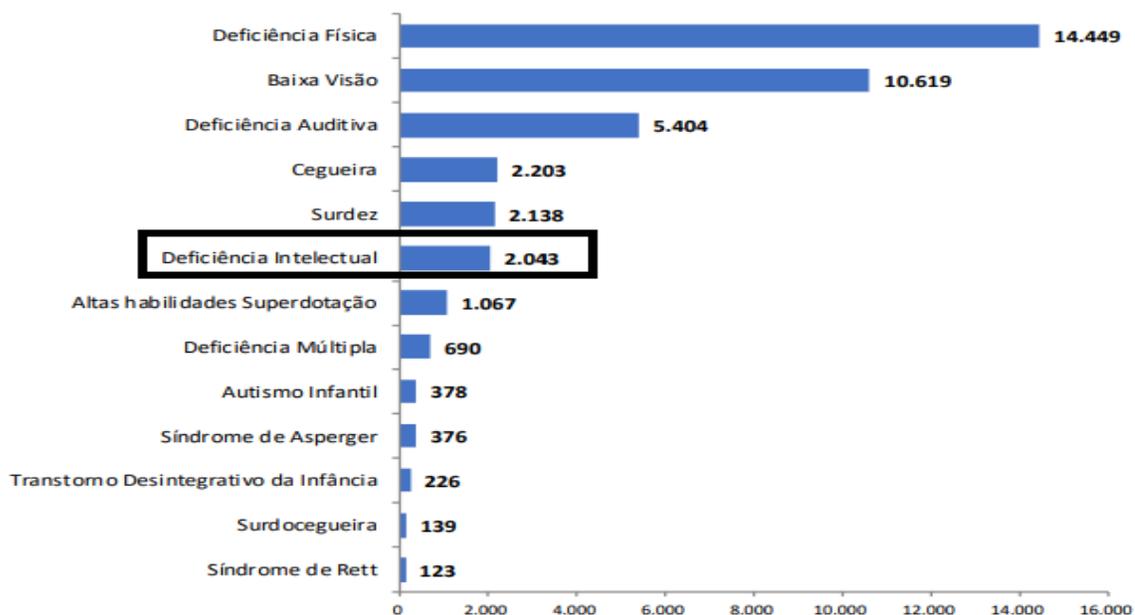
Sobre essas leis, principalmente no ambiente do ensino e da educação, um alarme da necessidade da inclusão no ambiente de Ensino Superior, é o número de pessoas com DI que estão no ensino superior segundo o MEC em 2017 com o número de 2.043 discentes com DI no Ensino Superior, evidenciado na Figura 2.

Encontra-se a evidência e a necessidade de construção de métodos pedagógicos para esse público em Gil (2005, p. 18) quando que afirma que:

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais é a educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam as necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Figura 2 – Percentual de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior.

Número de Matrículas em Cursos de Graduação de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação, por Tipo de Deficiência – 2017



Fonte: MEC (2017).

Diante essas discussões vê-se construções de saberes e possibilidades de alternativas pedagógicas como a inclusão de monitores de apoio para PcD. A Portaria 3.284, de 2003 (BRASIL, 2003), estabelece as condições básicas para a inclusão do discente com deficiência no Ensino Superior e o Decreto-Lei nº 5.296, de 2004 (BRASIL, 2004), dá prioridade de atendimento às PcD e mobilidade reduzida e estabelece critérios básicos, para que haja acessibilidade nas Universidades.

Estas leis foram instituídas para que os discentes das instituições de Ensino Superior que vê a necessidade de orientação, para que possam ter o direito de aprender e os monitores tem a função de fazer o intermédio de discente e professor, facilitando assim, e ajudando para uma melhor alternativa diante a necessidade específica do discente com deficiência.

2.1 – Discente com Deficiência Intelectual no Ensino Superior

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual ou Deficiência Intelectual (DI) já foi denominado precocemente como pessoas “retardadas” ou “lesadas”. Com o alargamento dos estudos sobre PcD e a DI em si, este pensamento foi sendo atenuado e as PcD, cada vez mais, vão sendo vistas como pessoas de direitos como todas as outras.

A pessoa com DI é caracterizado pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR, 1992) como a insuficiência de diferenciar obstáculos expressivos tanto no funcionamento intelectual quanto na conduta adaptativa expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas. Estas habilidades estão ligadas a raciocínios e desenvolvimento de respostas. Antes de estudos mais aprofundados sobre a deficiência, o diagnóstico era feito, diante o teste de avaliação de inteligência, o chamado Quociente de inteligência (QI). Por causa de sua sistematização de perguntas, e por os testes padronizados, identificaram que a DI, tem fatores mais abrangentes como os ditos acima, e com a evolução dos estudos sobre DI, vários médicos e profissionais da área da saúde e da acessibilidade evidenciaram um erro sobre o diagnóstico de DI utilizando o método de avaliação de QI, e hoje é utilizado um método observatório clínico comportamental educacional da pessoa, sendo este um método mais seguro e com a participação de vários profissionais.

Estudos populacionais sobre pessoas com DI, comprovaram que é mais recorrente em pessoas do sexo masculino, independente de faixa etária. Lembrando que, a pessoa com esta deficiência, não apenas demonstra dificuldade em funcionamentos intelectuais, mas também em comportamentos adaptativos, nas habilidades conceituais, sociais e práticas.

Diante das informações ditas acima, podemos identificar algumas variáveis, como por exemplo, que monitores para essas pessoas com DI, pode ocasionar diferentes tipos de respostas, pois discentes com esse tipo de deficiência, podem apresentar dificuldades de socialização, evidenciando assim uma resposta negativa no uso de monitores de apoio, já para outros, podem identificar uma evolução de aprendizagem pessoal e acadêmica.

Com a especificidade da DI, tem-se que observar e levar adiante que os monitores de apoio têm um papel crucial, principalmente para o diálogo mais acessível entre professor e com o discente, e também pensar que programas de acessibilidades das instituições de Ensino Superior, entre diversos que existem, devem ter uma visibilidade diante todo o público acadêmico e social.

De Santos et al. (2016) apresenta uma pesquisa de campo sobre um programa de acessibilidade na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), onde acompanhou a vida de monitores de apoio ou discentes apoiadores e evidenciaram que estes programas de monitoria:

[...] sejam vistos como mecanismos internos à UNIFESSPA e sim, políticas públicas ou privadas que sirvam de meios direcionados na redução das desigualdades acadêmicas e sociais (DE SANTOS et al., 2016, p. 09).

Sobre a relação de políticas públicas e dos monitores de apoio com a crescente entrada dos discentes com deficiência no Ensino Superior, ressaltam:

Outro ponto a ser retomado é que também não devemos ver o programa de monitoria como resultado de políticas que sempre foram preocupadas com as pessoas com deficiência, mas devemos ver o programa como resultado de um relativo crescimento na demanda desse grupo (DE SANTOS et al., 2016, p. 09).

E assim evidencia a importância o trabalho dos monitores de apoio como facilitadores para a socialização de discentes com DI, diante a vida acadêmica, e também que eles fazem a ponte entre professor e discente, que auxilia o professor a achar adaptações e formas de avaliar o discente com necessidades educacionais, e ainda possibilita para os próprios monitores uma construção de conhecimento para seu futuro profissional, tendo em vista que a maioria destes programas de acessibilidade é composta por discentes das instituições de Ensino Superior.

E isso é de muita importância, pois os monitores (...) são em sua maioria de diversas áreas o que significa dizer que ao saírem do meio acadêmico poderão levar as experiências obtidas no programa de monitoria para seus meios profissionais (De SANTOS et al., 2016, p. 08).

O estudo de De Santos et al. (2016), apresenta resultados satisfatórios diante a qualidade de ensino dos discentes com deficiência, comprovando que a evasão de PcD no Ensino Superior está se tornando menor diante os programas de acessibilidade. Um dos grandes fatores problemáticos de PcD no âmbito das Universidades é ainda a evasão destes discentes, por isso, políticas foram estabelecidas, como explica o estudo de Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) explica:

Todas as ações que promovam a permanência de alunos no Ensino Superior (...) regulamentam-se por meio do Decreto nº 3.298/1999, sendo reafirmada a importância de oferecer o apoio necessário ao aluno com deficiência de acordo com sua especificidade, inclusive adaptando as provas e oferecendo tempo

adicional na realização delas (Decreto nº 3.298, 1999). Destaca-se, ainda nesse decreto, a inclusão de conteúdos ou disciplinas com temas relacionados à deficiência, sugerindo a alteração dos currículos.

No entanto, diante os regimentos políticos das Universidades que não se adequaram é percebido nos anos de 1999, que foram criadas novas notas de encaminhamento, como a nota do MEC em 2011, que foi criada para discentes com DI, fazendo com que os professores tenham como obrigação impetrar possibilidades pedagógicas de ensino e avaliação em todos os níveis de ensino, para a equidade deste discente no ensino básico e superior. Por outro lado, Chacon (2001) aponta que poucas universidades federais fizeram adequações em seus currículos. Deste modo, compreendemos que, ainda temos muito o que realizar, no âmbito do Ensino Superior, em termos de ajustamentos curriculares.

3. OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo principal investigar a produção literária, nos últimos 10 anos (2009-2019), sobre os monitores de apoio para discentes com DI do Ensino Superior, bem como, a partir da literatura, apontar o processo formativo-educacional desses discentes com deficiência, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física.

Como objetivos secundários estabeleceu-se: dialogar com as referências sobre as barreiras que discentes com DI encontram no Ensino Superior; discorrer como os monitores de apoio ajudam de diferentes formas na equidade destes discentes diante a instituição de Ensino Superior e, refletir, ainda que de forma incipiente, sobre o estado da arte da produção acadêmica envolvendo a temática.

4. JUSTIFICATIVA

Justifica-se este trabalho pela urgência de uma práxis ante o processo de reconhecimento das PcD como sujeitos de direito. Apesar dos avanços inegáveis em termos jurídico-institucionais ainda, em nossos dias, essas pessoas se encontram impedidas e tolhidas em seus direitos. Para identificar a importância deste trabalho deve-se, primeiro lugar, discutir se as instituições de

Ensino Superior estão preparadas para o trabalho de equidade para discentes com necessidades educacionais específicas.

A discussão das políticas pública e dos programas de inclusão das universidades, por si só é uma prioridade da mais alta relevância. Será que tais programas de acessibilidade funcionam de forma eficaz e, tem pessoas especializadas para o trabalho com discente com DI? E o sistema de monitores de apoio é suficiente para sanar as necessidades específicas deste discente? Por fim, este trabalho busca apresentar algumas contribuições para essas questões, considerando o que já foi produzido na última década em termos de produção acadêmica. Assim, espera-se fornecer informações que possibilitem futuras pesquisas e abram caminhos para futuros pesquisadores que tenham como interesse os temas monitores de apoio, DI, Ensino Superior, graduação em Educação Física, enfim, Educação Inclusiva.

Outro fator importante, que justifica esta pesquisa, é a escassez de estudos voltados para esse tipo de população, embora, como já mencionado anteriormente, tenham ocorrido pequenos avanços nesta área. Essa carência na produção acadêmica demonstra que ainda temos um vasto caminho a trilhar neste assunto.

5. METODOLOGIA

A metodologia trata-se de uma revisão sistemática de modelo PRISMA - Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015) na base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), revisados por pares e na língua portuguesa. Para ter melhor fidedignidade na pesquisa, fizemos um recorte, utilizando a linha temporal de 2009 a 2019, buscando conjuntamente os termos “Deficiência Intelectual”, “Ensino Superior”, “Monitores de Apoio” e “Graduação em Educação Física”.

O modelo PRISMA aborda um conceito de *checklist* que auxilia na construção de pesquisas, principalmente para revisões sistemáticas, como desta presente pesquisa, e segue uma lista com vinte e sete (27) itens para a construção do estudo, conforme Figura 3.

Figura 3 – Checklist modelo Prisma.

Seção/tópico	N.	Item do checklist	Relatado na página n°
TÍTULO			
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise, ou ambos.	
RESUMO			
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.	
INTRODUÇÃO			
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.	
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e delineamento dos estudos (PICOS).	
MÉTODOS			
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.	
Crítérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (ex.: PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex. anos considerados, idioma, a situação da publicação) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.	
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex.: base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.	
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.	
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, rastreados, elegíveis, incluídos na revisão sistemática, e, se aplicável, incluídos na meta-análise).	
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex.: formulários piloto, de forma independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.	
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex.: PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.	
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito no nível dos estudos ou dos resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.	
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex.: risco relativo, diferença média).	
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.	
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (ex.: viés de publicação, relato seletivo nos estudos).	
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex.: análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificados.	
RESULTADOS			
Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.	
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex.: tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.	
Risco de viés em cada estudo	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).	
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.	
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.	
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).	
Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex.: análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão (ver item 16)).	
DISCUSSÃO			
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex.: profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).	
Limitações	25	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex.: risco de viés) e no nível da revisão (ex.: obtenção incompleta de pesquisas identificadas, viés de relato).	
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.	
FINANCIAMENTO			
Financiamento	27	Descreva fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (ex.: suprimento de dados); papel dos financiadores na revisão sistemática.	

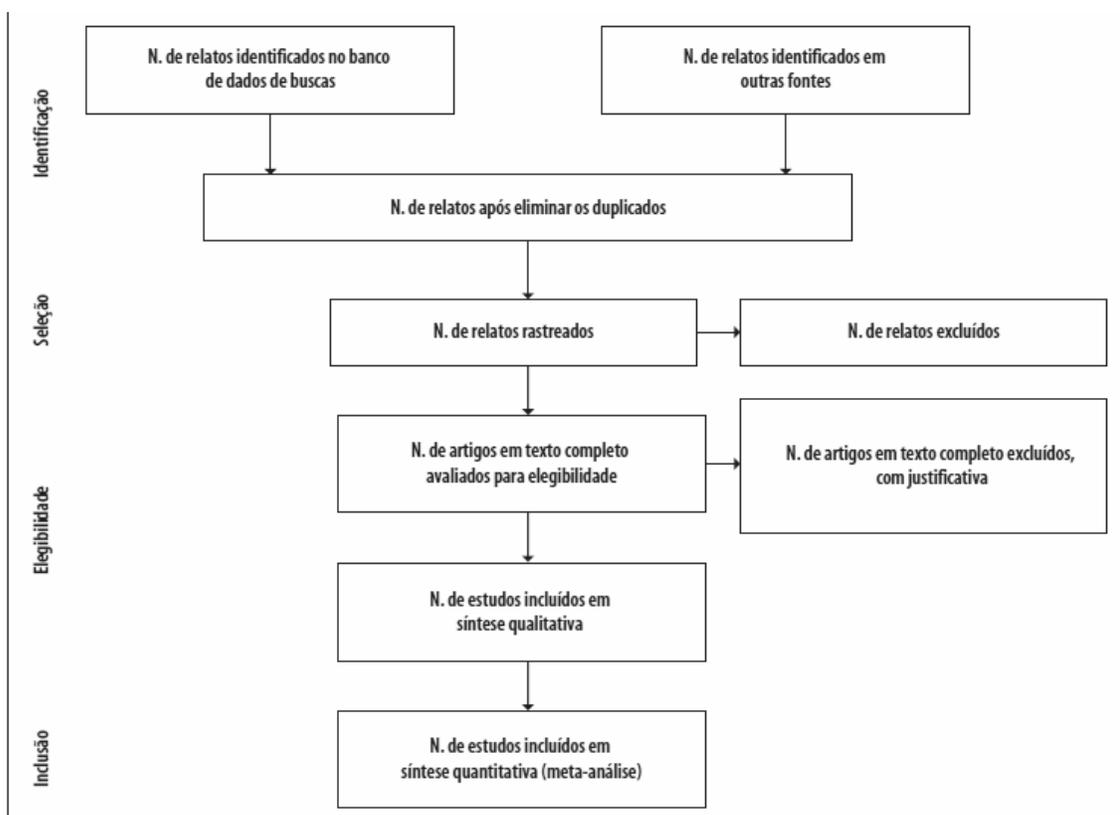
Fonte: Galvão, Pansani e Harrad (2015)

Para a triagem dos artigos usados como conteúdo dessa pesquisa e para o uso como referencial teórico do trabalho, foram utilizadas as publicações de periódicos indexados, sendo que este critério foi definido sem considerar a categorização do Qualis, pois a nova classificação ainda se encontra em fase de elaboração.

Na triagem dos artigos, os mesmos deveriam passar por quatro (4) fases sendo: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão, conforme Figura 4. Foram incluídos os artigos

que tinham seus textos online e que não fugissem da temática sobre monitores de apoio, discentes com DI no Ensino Superior, e ação de monitores de apoio para deficiente intelectual.

Figura 4 – Triagem de artigos pelo modelo PRISMA.

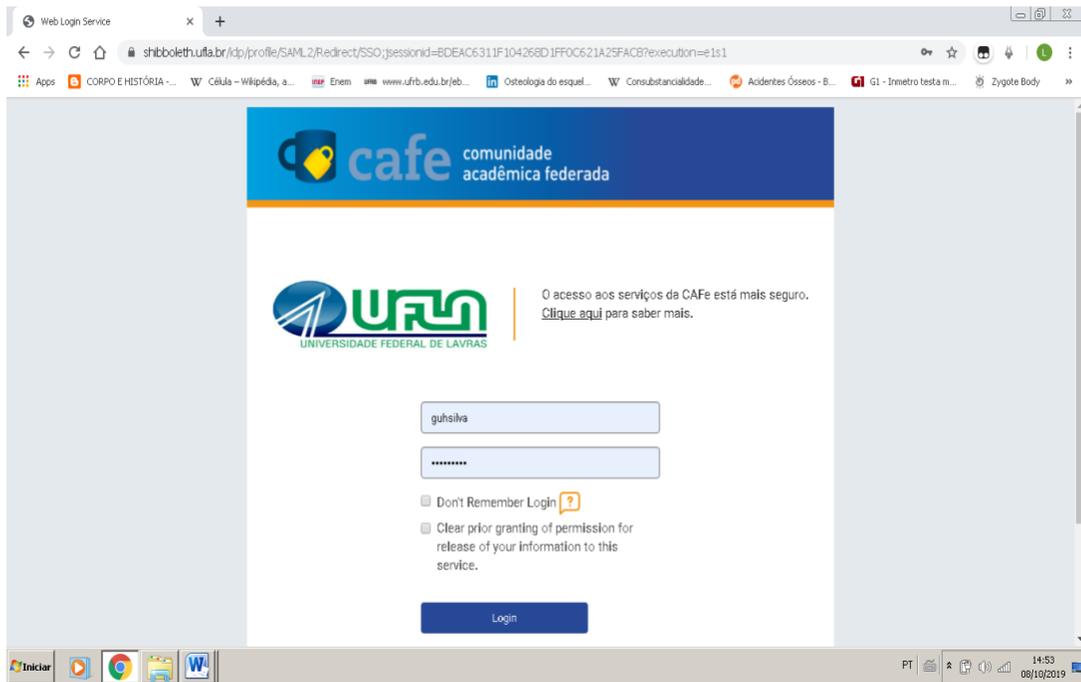


Fonte: Galvão, Pansani e Harrad (2015)

6. RESULTADOS

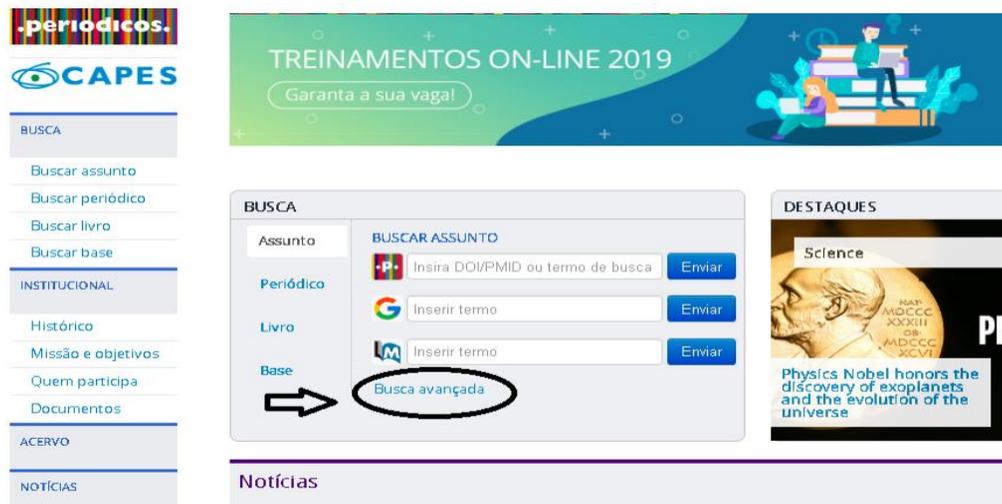
A plataforma de periódicos CAPES foi acessada a área acesso CAFE, que possibilita ser feita uma pesquisa mais aprofundada sobre artigos e entre outras publicações por causa do vínculo das universidades juntamente com a CAPES, sendo que os conteúdos e as ferramentas disponíveis neste ambiente, para pesquisadores é de alta confiança para fidedignidade da pesquisa (Figura 5).

Figura 5 – Acesso CAFe na plataforma Periódicos CAPES.



Assim, na página de busca avançada e utilizando as palavras-chave “Ensino Superior”, “Monitor de Apoio”, “Deficiência Intelectual” e “Graduação em Educação Física”, teve-se o primeiro recorte dos artigos, para uma a revisão de literatura (Figura 6).

Figura 6 – Busca avançada na plataforma Periódicos CAPES.



Na página de busca avançada colocou-se duas (2) das palavras-chave (Figura 7), separando assim por pares, pois quando colocou-se três ou mais palavras-chave, não eram disponibilizados artigos. Então para análise de dados, foi escolhido fazer por cinco (5) grupos para a busca dos artigos, sendo:

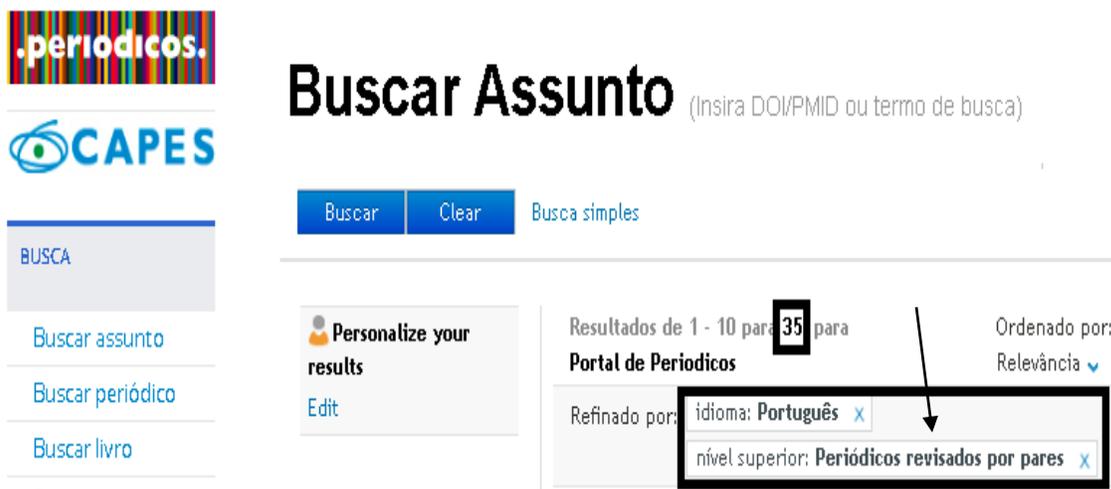
1. *Ensino Superior – Monitor de apoio*
2. *Monitor de apoio – Deficiência Intelectual*
3. *Deficiência Intelectual – Ensino Superior*
4. *Deficiência Intelectual – Graduação em Educação Física*
5. *Graduação em Educação Física – Monitor de apoio*

Figura 7. Busca por assunto na plataforma Periódicos CAPES.

The image shows the 'Buscar Assunto' (Search by Topic) page on the Periódicos CAPES platform. The search criteria are 'Monitores de apoio' AND 'ensino superior'. The search is limited to 'Últimos 10 anos' (Last 10 years) and 'Artigos' (Articles). The search results show 57 articles found. The interface includes a sidebar with navigation options like 'BUSCA', 'INSTITUCIONAL', and 'ACERVO'. The search results section shows 'Resultados de 1 - 10 por 57 para' and 'Ordenado por:'. There are also buttons for 'Buscar', 'Clear', and 'Busca simples'.

O resultado dessa busca levou a cinquenta e sete (57) artigos que discutem sobre Ensino Superior e monitor de apoio, para o segundo corte, e após a seleção por periódicos revisados por pares, ficaram disponíveis quarenta e quatro (44) artigos, sendo que os artigos na língua portuguesa, totalizou em trinta e cinco (35) artigos (Figura 8). Esse método foi utilizado para os outros quatro (4) grupos de temas.

Figura 8. Função “revisados por pares” e “idioma” na plataforma Periódicos CAPES.



Assim, o total de artigos em cada grupo de tema foi:

- 1. Ensino Superior – Monitor de apoio:** no final, depois de todos os critérios de exclusão, foi selecionado apenas um (1) artigo que fala sobre monitores de apoio no Ensino Superior e suas contribuições. Isso aconteceu, pois vários artigos discutiam o monitor em outros ambientes principalmente para idosos em asilos, e também em grupos étnicos como, em populações de estudos indígenas, fugindo totalmente do assunto que buscamos.
- 2. Monitor de apoio – Deficiência Intelectual:** foram encontrados onze (11) artigos, mas depois dos critérios de exclusão, foi selecionado um (1) artigo que abordou monitores de apoio em um diálogo com PcD, e também discutindo a DI.
- 3. Deficiência Intelectual – Ensino Superior:** neste grupo teve que ser utilizada uma ferramenta da plataforma CAPES, “é (exato)” (Figura 9) na palavra-chave "Deficiência Intelectual", pois quando colocado as palavras-chave sem essa função da ferramenta, a plataforma nos disponibilizava duzentos e cinquenta e três (253) artigos, sendo que muitos deles não abrangem a discussão da DI no Ensino Superior. Levando assim para o número de sessenta e nove (69) artigos utilizando “é (exato)” e assim seguindo todo processo de seleção de artigos, foi para cinquenta e nove (59) depois da busca revisada

por pares, e por fim, as últimas etapas evidenciaram trinta e oito (38) artigos, e depois da leitura desses, foi selecionado para etapa de análise o número total de seis (6) artigos.

- 4. Deficiência Intelectual – Graduação em Educação Física:** neste grupo também teve que ser utilizada uma ferramenta da plataforma CAPES, “é (exato)” na palavra-chave "Deficiência Intelectual", pois quando colocado as palavras-chave sem essa função da ferramenta, a plataforma nos disponibilizava vinte e cinco (34) artigos, sendo que nenhum deles abrangem a discussão do discente com DI nos cursos de graduação em Educação Física. E desta forma, nenhum artigo foi selecionado.
- 5. Graduação em Educação Física – Monitor de apoio:** neste grupo também teve que ser utilizada uma ferramenta da plataforma CAPES, “é (exato)” nas palavras-chave "Deficiência Intelectual" e "Monitor de Apoio", pois quando colocado as palavras-chave sem essa função da ferramenta, plataforma nos disponibilizava vinte e cinco (25) artigos, sendo que nenhum deles abrangem a discussão do monitor de apoio nos cursos de graduação em Educação Física. E desta forma, nenhum artigo foi selecionado.

Figura 9 - Função “é (exato)” na plataforma Periódicos CAPES.

The image shows the search interface of the CAPES Periódicos platform. The search criteria are as follows:

- Search type: Qualquer
- Operator: contém
- Term 1: educação física
- Operator: AND
- Operator: é (exato)
- Term 2: Monitor de apoio

Additional search filters on the right include:

- Data de publicação: Últimos 10 anos
- Tipo de material: Artigos
- Idioma: Qualquer idioma
- Data Inicial: Dia, Mês, Ano
- Data Final: Dia, Mês, Ano

Buttons for "Buscar" and "Clear" are visible. Below the search area, there is a button for "Expandir meus resultados" and a box indicating "0 Resultados para Portal de Periódicos".

Na busca de artigos para os cinco (5) grupos foram utilizadas todas as ferramentas de busca que o periódico CAPES fornece, para que abrangesse todo material da última década, que fossem condizentes com a pesquisa e, por fim, obteve-se um total de oito (8) artigos para análise (Gráfico 1).

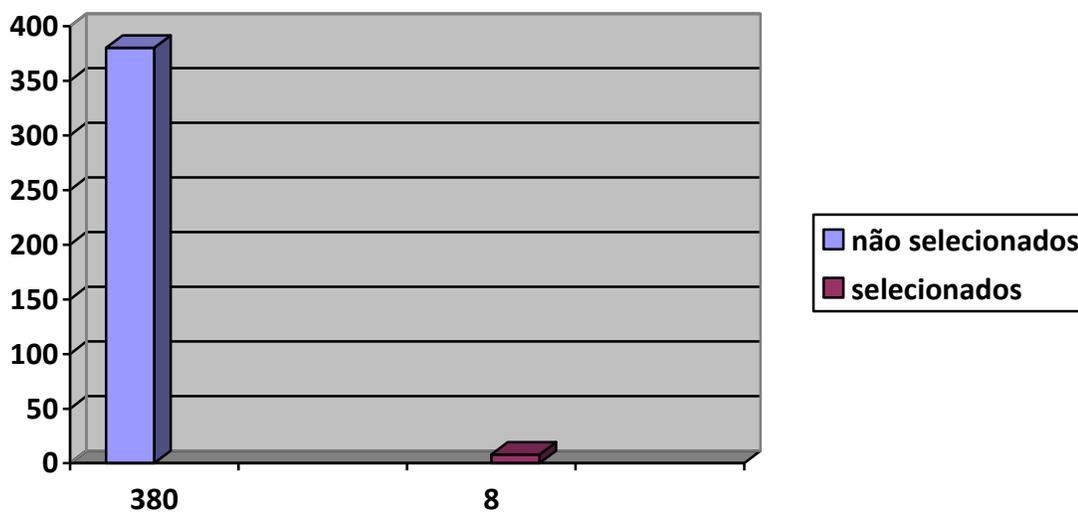


Gráfico 1 - Comparação entre os artigos selecionados e os não selecionados.

Depois de todas as análises de dados, foi possível evidenciar a pouca produção específica sobre discentes com DI no Ensino Superior, principalmente nos curso de graduação em Educação Física, assim como a produção sobre formas de ação dos monitores de apoio para a Educação Inclusiva e como uma ponte entre discente com deficiência e seus professores. Fazendo um comparativo com todos os dados disponibilizados pela plataforma CAPES, ficou evidenciado uma grande discrepância em relação à produção específica diante os monitores de apoio e os discentes com DI no Ensino Superior.

Depois desses dados encontrados, os artigos selecionados foram divididos em seus respectivos assuntos pertinentes, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Produção literária, nos últimos 10 anos (2009-2019), sobre os monitores de apoio para discentes com deficiência intelectual no Ensino Superior, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física.

GRUPO 1: Ensino Superior - Monitores de Apoio			
Autor (ANO)	Participantes	Objetivos Gerais	Principais Resultados
Natário et al. (2010)	Monitores da área da saúde	Investigar o programa de monitoramento.	Foi evidenciado que monitores com menos tempo de faculdade, tem mais vontade de trabalho, por motivos de renovação de bolsas, e mais tempo recebendo bolsas, e também que o monitor que recebe bolsa pelo seu trabalho, mostrou melhor desempenho no trabalho de monitoria.
Grupo 2: Monitor de Apoio – Deficiência Intelectual			
Autor (ANO)	Participantes	Objetivos Gerais	Principais Resultados
Da Silva et al. (2017)	Instituições de ensino	Experienciais e implantações, de tecnologias para o apoio a aprendizagem.	O monitoramento juntamente com as implantações de possibilidades pedagógicas utilizando as tecnologias como modo de aprendizagem, apresentaram efeito para discentes com DI.
GRUPO 3: Deficiência Intelectual - Ensino Superior			
Autor (ANO)	Participantes	Objetivo Geral	Principais Resultados
De Castro Araújo et al. (2016)	Revisão Sistemática	Trazer um discussão sobre a PcD no Ensino Superior	Em 2014 teve um ápice na produção sobre PcD no Ensino Superior. Ressaltaram a importância de uma área pouco investigada, mas com muito conteúdo para novos e antigos pesquisadores.
Gomes et al. (2019)	Revisão Sistemática	Discutir a população marginalizada diante a opressão machista, colocando um pensamento diante a população LBGT, feminista e PcD.	Mostraram que os movimentos para PcD tem que ser cultural para a busca de uma equidade perante a sociedade.
Silva e Almeida (2017)	Revisão Sistemática	Análise da literatura das instituições de ensino especializado.	Discussão sobre a falta de um bom trabalho especializado, visto que as instituições recebem verbas específicas para isto.
Silva (2019)	Revisão Sistemática	Responder diante a literatura como os jogos podem auxiliar PcD ao aprender em disciplinas exatas, como a	Uma área nova a ser desvendada, trazendo potencialidade para novos e antigos pesquisadores, e demonstrar a potencialidade dos jogos virtuais como método

		matemática.	pedagógico.
De Moura Guimarães et al. (2014)	Discentes com DI	Possibilidades pedagógicas, utilizando mecânicas lúdicas e de verbalização para inclusão de discentes com DI.	Uso de gestos, articulações, tato, e de expressões demonstram uma possibilidade pedagógica para verbalização, socialização entre outros conteúdos, para equidade de discentes com DI, em diferentes modalidades de ensino.
Pletsch et al. (2017)	Professores e formação continuada.	Necessidade da formação continuada com especialização para atender as PcD.	Importância de profissionais preparados, para o trabalho com PcD e a oportunidade de uma formação continuada desses profissionais.

Diante dos artigos analisados pode-se identificar uma grande produção em revisões de literatura pela falta ainda de programas e estudos especializados em trabalhos de pesquisa de campo e análise investigativa.

Como Silva et al. (2019) demonstram que a falta de produção e as grandes potencialidades desta área permitem que os pesquisadores utilizem o ambiente virtual e jogos como possibilidade pedagógica para o ensino de discentes com DI.

Para Gomes et al. (2019) a PcD está em um patamar parecido como dos outros grupos sociais que lutam pelos seus direitos, como o movimento feminista e LGBT, e assim evidenciam uma visão de combate e começam a discutir e fazer movimentos a favor das PcD, tentando lutar pelos direitos das PcD.

Já Araújo et al. (2014) mostram um crescimento significativo da produção a partir de 2014, e assim um grande alívio, pois com mais produções é evidenciado uma melhor visão diante os discentes com deficiência, principalmente que afeta direito nas políticas públicas pois podemos ver que nos anos seguintes 2015 e 2016, foram criadas leis específicas como em 2015 a Lei nº 13.146, que aborda e assegura a PcD, com direito de ensino em todos os níveis educacionais e, em 2016 a Lei nº 13.409, que dispõe de vagas reservadas para PcD, em instituições de Ensino Superior, concursos e também no Ensino Básico.

Mas Silva e Almeida et al. (2017) notaram uma falta de profissionalismo diante uma análise literal das instituições de ensino especializado, mostrando que ainda é necessário trabalhos para a melhorar a educação para PcD tanto no Ensino Básico quanto no Ensino Superior. No estudo de Santos (2016) fica evidenciado como os programas de monitores de apoio no Ensino Superior causam um alicerce no Ensino das Universidades, deixando o discente com

DI com mais vontade e disposto a continuar os estudos, possibilitando assim a equidade que é tratada como a base da igualdade da PcD diante seus direitos e, também, a diminuição da evasão desta população nas instituições de Ensino Superior.

Em uma outra perspectiva, os estudos de Pletsh et al. (2017) e Araújo et al. (2014) mostram as possibilidades pedagógicas inclusivas para discentes com DI, e a formação continuada de professores em uma formação especializada para PcD, para uma melhor educação e aprendizagem, para esses discentes.

Gomes et al. (2019) citam em sua pesquisa que dos 311 artigos disponibilizados pela CAPES, apenas dois artigos trazem discussões que se aproximam das respostas sobre a aprendizagem de PcD no Ensino Superior, sendo que Da Silva (2017) mostra uma pedagogia diante da tecnologia e dos jogos, para que o ensino de jovens e adultos possam ocorrer de forma mais harmoniza, trazendo um espírito de equidade diante aos diferentes níveis de ensino; e Santos et al. (2016) mostram que toda forma de apoio que possibilite uma sensação de bem estar e traga ao discente uma condição favorável já é uma forma de apoio e uma consciência de equidade.

Uma qualidade que devia ser trabalhada com as PcD, além do pensamento de equidade, é a motivação. Natário et al. (2010) trazem uma investigação dos monitores da área da saúde, evidenciando como ocorre o trabalho dos monitores de apoio e a diferença entre novos monitores e os mais velhos e experientes monitores, e mostraram que os mais novos possuem mais vontade em ajudar. Diante dos relatos dos monitores, no estudo de Santos (2016), foi possível observar uma vontade de monitorar pelo bem estar do próximo fazendo assim de verdade o termo equidade e mostrando todo o trabalho de monitoramento qualificado que vai desde a transcrição de matérias até o acompanhamento em aulas presencias.

Em nossa pesquisa encontramos, nos últimos 10 anos, apenas oito (8) artigos publicados que dialogam sobre monitores de apoio e DI no Ensino Superior, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física. Deste total de artigos, foram apresentadas discussões de evasão desta população no Ensino Superior e como é afetada a vida do discente com deficiência com o acompanhamento do monitor.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o percurso da pesquisa foi possível verificar a necessidade do trabalho de discentes monitores como apoio institucional para discentes com deficiência, pois diante da marginalização que se encontra os discentes com deficiência, os demais docentes acabam ignorando suas capacidades e potencialidades. Sendo assim, de extrema importância os monitores de apoio como auxílio tanto para a inclusão desses discentes na vida acadêmica quanto na vida como docentes e futuros profissionais de alguma área específica. Lembrando sempre que cada área de estudo é específica, e cada pessoa é um ser específico, com suas particularidades e anseios.

Assim, o Governo necessita implementar uma maneira que faça funcionar as leis já existente e o comportamento de reciprocidade é inevitável para uma sociedade inclusiva. Nesse sentido, todos devem parar de ficar presos por informações inadequadas, pois como diz Larrosa (2002), o conhecimento e a experiência é o que nos permiti ser tocados, possibilitando um saber pela experiência, ampliando nossas capacidades de ver, ouvir e interpretar. Pode-se ver, então, que ser monitor de apoio é a cada dia ampliar a visão e deixar a experiência nos tocar e fazer dela um conhecimento rico não apenas teórico-prático, mas sensível. Faz-se necessário o aprimoramento e incentivo de docentes e monitores de apoio no Ensino Superior, principalmente nos cursos de graduação em Educação Física, para a inclusão e equidade de discentes com deficiência no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia. Apresentação e análise das definições de deficiência mental propostas pela AAMR-Associação Americana de Retardo Mental de 1908-2002. Revista de Educação PUC-Campinas, n. 16, 2012.

ARAÚJO, Sandra Lúcia Silva; ALMEIDA, Maria Amélia. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, v. 27, n. 49, p. 341-352, 2014.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida De Castro. Atividades linguísticas e cognitivas para alunos com deficiência intelectual: proposta metodológica na inclusão escolar. Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, p. 233-244, 2011.

BRASIL, C. Cartilha do Censo 2010–Pessoas com deficiência. Luzia Maria Borges Oliveira, 2012.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL, Governo. Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 2016. Lei Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016. Disponível em: Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL; MEC; INEP. Censo da Educação Superior de 2017: Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2018.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. PORTARIA Nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. Programa Incluir. Acessibilidade na Educação Superior. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial-SEESP e Secretaria de Educação Superior-SeSU, 2005.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. CABRAL CLARINDO, Francisco Jorgan; GARCIA MANSUR, Paulo Henrique. Proposta para Implantação de Recursos Tecnológicos Digitais Touchscreen no Ambiente Educacional. *Future Studies Research Journal: Trends & Strategies*, v. 8, n. 3, 2016.
- BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CHACON, Miguel Cláudio Moriel. Formação de Recursos Humanos em Educação Especial: respostas das universidades à recomendação da Portaria Ministerial nº 1793 de 27-12-1994. *Revista Brasileira de educação especial*, v. 10, n. 3, 2001.
- DA COSTA, Danielle Dias; DE BARROS FERREIRA, Norma Iracema. O PROUNI Na Educação Superior Brasileira: Indicadores do Acesso e Permanência, No Brasil (2005-2010). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2016.
- DA SILVA, Alana Santos Ribeiro et al. O jogo como facilitador do processo ensino-aprendizagem da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE): aprende ou “Sae”. *Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde*, 2017.
- DA SILVA, João Henrique; ALMEIDA, Míriam Elena Cesar; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Produção do conhecimento sobre as instituições especializadas para a pessoa com deficiência intelectual (1996-2015). *Perspectiva*, v. 35, n. 3, p. 859-886, 2017.
- DE CASTRO ARAUJO, Doracina Aparecida; ARAUJO, Carla Cristina Castro; DE ARAUJO, Elson Luiz. Educação especial no ensino superior: contribuições e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. 25, p. 503-515, 2016.
- DE MOURA GUIMARÃES, Luiza; ESCOBAL, Giovana; GOYOS, Celso. O Papel da Função Reforçadora das Relações Verbais de Tato e Textual, em Contexto de Equivalência de Estímulos, em Universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 27, n. 3, p. 522-530, 2014.
- DE SOUZA, Juliana Alves et al. A importância do aluno apoiador no processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *Seminário de Projetos de Ensino*, v. 2, n. 1, 2017.
- DOS SANTOS LEONEL, Waléria Henrique; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; GARCIA, Raquel de Araújo Bomfim. Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, n. 1, p. 661-672, 2015.
- GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, p. 335-342, 2015.
- GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342, 2015.
- GARCIA, Raquel Araújo Bomfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. spe, p. 33-40, 2018.

- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15-educação especial da ANPED. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. SPE1, p. 105-124, 2011.
- GIL, M. Panorama da deficiência no Brasil. São Paulo: Rede Saci, 2005.
- GOMES, Ruthie Bonan et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 1, 2019.
- LARROSA, Jorge Bondia. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002.
- LEITE, Flávia Piva Almeida; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Participação, acessibilidade digital e a inclusão da pessoa com deficiência. *Conpedi Law Review*, v. 3, n. 2, p. 240-261, 2018.
- NATÁRIO, Elisete Gomes; DOS SANTOS, Acácia Aparecida Angeli. Programa de monitores para o ensino superior. *Estudos de Psicologia*, v. 27, n. 3, p. 355-364, 2010.
- NOTA TÉCNICA MEC/SEESP/GAB Nº 06/2011, de 11 de março de 2011. Assunto: Avaliação de estudante com deficiência intelectual, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Report of the United Nations Water Conference. 1977. Disponível em:
<https://www.internationalwaterlaw.org/bibliography/UN/Mar_del_Plata_Report.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA EA CULTURA (UNESCO). Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994.
- PLETSCH, Márcia Denise; DE ARAÚJO, Daniele Francisco; LIMA, Marcela Francis Costa. Experiências de formação continuada de professores: possibilidades para efetivar a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. *Periferia*, v. 9, n. 1, p. 290-311, 2017.
- SILVA, Liviane Leocadio da. Educação física escolar para crianças com deficiência física: contribuições de algumas abordagens metodológicas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2019.